XI SEMANA UNIVERSITÁRIA DA URCA E
XXIX Semana de Iniciação Científica
Ciência, Inovação e Transformação Social no Semiárido
16 a 19 de Novembro de 2026
URCA-Universidade Regional do Cariri - Campus Iguatu
PRPGP- Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa

DIREITO DOS ANIMAIS SILVESTRES E TRÁFICO ILEGAL: UMA ANÁLISE JURÍDICO-INSTITUCIONAL DA FISCALIZAÇÃO E REABILITAÇÃO DA FAUNA NO BRASIL

Jonas Vinicius Pereira da Silva[1], Abrahão Antônio Pereira da Silva[2], Winston De Araújo Teixeira[3]

Resumo: O Brasil abriga uma das maiores biodiversidades do planeta, abrigando milhares de espécies da fauna silvestre, muitas das quais endêmicas e ameaçadas de extinção. Contudo, o país enfrenta graves retrocessos ambientais provocados pelo tráfico ilegal de animais silvestres, considerado o terceiro maior comércio ilícito do mundo, superado apenas pelo tráfico de armas e de drogas. Essa prática criminosa acarreta severos desequilíbrios ecológicos, elevadas taxas de mortalidade e substanciais prejuízos à conservação da fauna nativa, impondo custos operacionais expressivos ao Estado. Diante dessa problemática, o objetivo deste trabalho é analisar a eficácia do ordenamento jurídico brasileiro na proteção dos animais silvestres e no combate ao tráfico ilegal, identificando as principais lacunas legislativas, institucionais e operacionais que dificultam a repressão estatal. A metodologia adotada fundamenta-se em uma pesquisa de abordagem qualitativa e de natureza bibliográfico-documental, respaldada na análise do artigo 225 da Constituição Federal de 1988, da Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/1998), da doutrina jurídica especializada e de relatórios institucionais emitidos por órgãos de fiscalização como o IBAMA e a SEMACE. Como resultados esperados, o estudo busca mapear os gargalos estruturais e orçamentários enfrentados pela fiscalização ambiental e pela Polícia Ambiental, avaliar o grau de brandura das sanções penais aplicadas aos infratores, além de examinar os entraves práticos envolvidos nos procedimentos de resgate, triagem, reabilitação e reintrodução dos espécimes apreendidos aos seus habitats naturais. Conclui-se que, embora a legislação ambiental brasileira possua previsões protetivas avançadas no plano teórico, a efetiva tutela da fauna silvestre permanece comprometida pela fragilidade da fiscalização operada no campo prático e pela branda apenação dos transgressores. Torna-se imprescindível o fortalecimento das políticas públicas ambientais, a ampliação dos recursos destinados aos centros de triagem de animais e a consolidação de ações permanentes de educação ambiental voltadas à conscientização da sociedade sobre os impactos decorrentes da compra e da manutenção ilegal de fauna silvestre.

[1] Universidade Regional do Cariri, email: jonas.pereira@urca.br
[2] Universidade Federal do Cariri, email: abrahao.silva@urca.br
[3] Universidade Federal do Cariri, email: winston.araujo@urca.br

XI SEMANA UNIVERSITÁRIA DA URCA E
XXIX Semana de Iniciação Científica
Ciência, Inovação e Transformação Social no Semiárido
16 a 19 de Novembro de 2026
URCA-Universidade Regional do Cariri - Campus Iguatu
PRPGP- Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa

Palavras-chave: Direito Animal. Animais Silvestres. Tráfico Ilegal. Fiscalização Ambiental. IBAMA.

ISSN 1983-8174